

Cidade, indivíduo e identidade: lembranças de velhos moradores de Boa Vista

RAIMUNDO NONATO GOMES DOS SANTOS*

Conforme Robert Darnton, quando se pensa em descrever uma cidade: “As possibilidades parecem infinitas ou, pelo menos, suficientemente numerosas para terem um efeito paralisante. Pois, como pode alguém colocar no papel 'a verdadeira ideia de uma cidade', ...” (1986: 142). No texto que segue, procuro compreender aspectos do passado da Cidade de Boa Vista, a partir de relatos de antigos habitantes contidos em entrevistas realizadas no final do ano 2000, em um projeto que tinha por finalidade produzir e preservar em arquivos, entrevistas com velhos moradores da cidade.

O presente trabalho reflete o meu primeiro esforço no sentido de compreender a problemática esboçada em meu projeto de doutorado em História Social, cujo título é: "Representações urbanas: identidades políticas em Boa Vista - 1964/1990", que tem como desafio pensar identidades políticas produzidas pelos moradores dessa cidade, com o objetivo de observar as posições ocupadas pelos diferentes grupos sociais em suas relações de poder.

Na leitura das entrevistas levei em conta a proposta de Roger Chartier (1990), para quem a história cultural "tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler". Para este autor as práticas sociais constituem as representações em ação, captadas nas condutas do cotidiano ou no ordenamento dos rituais sociais. Dessa forma, as representações são vistas enquanto coladas ao campo de ocorrência e de competição, onde os desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. Conforme Chartier, por mais que as representações do mundo social "aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza". (1990: 17).

Com esta preocupação, procurei nos relatos de cada entrevistado aspectos que apontassem para a configuração de identidades e revelassem relação de poder. O desafio foi encontrá-los em entrevistas elaboradas com o objetivo de preservar a memória da

* Professor do Departamento de História da UFRR e doutorando pela PUC-SP.

cidade, onde os entrevistados haviam sido convidados a falar dos mais diversos assuntos: infância, família, trabalho e condições gerais da cidade, o que envolvia comércio, prestação de serviços, saúde, lazer, religião, política.

Para melhor conhecer os entrevistados, comecei buscando a descendência e às atividades as quais eles e seus familiares estiveram ligados. Neste sentido pude constatar que, das vinte e quatro pessoas entrevistadas, com idade variando entre 65 a 85 anos, 16 eram naturais de Roraima, 5 eram Maranhão e 3 do Estado do Amazonas.

Entretanto, quando se tratou da origem de seus pais, a participação nordestina se destacou, pois, dos 24 entrevistados, 15 eram filhos de pai ou mãe nascida nessa região, com destaque para o Ceará, com dois entrevistados filhos exclusivos de pais cearenses e mais cinco filhos de cearenses casados com pessoas de outro estado. É interessante ressaltar que apareceram sete estados do Nordeste, onde cada um entrou com pelo menos um dos cônjuges de pais de entrevistados. Além disso, existia mistura com amazonenses, portugueses e paraenses. Apenas 4 dos entrevistados eram filhos de pai e mãe roraimenses, com dois de origem totalmente indígena.

Quanto às atividades exercidas por seus pais, dez dos entrevistados vieram de famílias de agricultores, seis de pecuaristas e o restante estava dividido em diversas ocupações: comerciante, pedreiro, delegado de polícia, contabilista, barbeiro e garimpeiro, cada uma dessas atividades foi representada por uma família, além de dois entrevistados que não prestaram essa informação.

Portanto, de acordo com as atividades exercidas pelos pais, mais de 70% dos entrevistados eram descendentes de famílias que viviam de atividades rurais. E, mesmo as profissões mais afeitas à vida urbana estiveram muito ligadas à vida no campo, pois, o pai que era pedreiro foi também vaqueiro e agricultor; a infância da filha do delegado de polícia foi em um sítio de propriedade da família; a filha do barbeiro nasceu numa fazendola; a filha do contabilista era neta de fazendeiros e, finalmente, a própria família de comerciantes, entre suas atividades comerciais, uma era a compra e venda de gado bovino, logo, também relacionada à pecuária, principal atividade da região na época. Isto justifica o que diz Hermenegildo Lopes Magalhães:

O meu pai ele tinha uma pequena fazenda de quinhentas reis e nós trabalhávamos no campo, na roça e, à noite agente estudava, para poder conhecer o alfabeto eu vim para Boa Vista para estudar com o professor

Diomedes, olha todos criadores, todos interioranos, todos ruralistas; os filhos todos trabalhavam na vida grosseira, era no campo, era na roça era, e tinha aquele trabalho de interior mesmo e ninguém tinha outra vida, não havia emprego público nesta terra, nem nada que era município do Amazonas não tinha nenhum outro movimento. (Entrevista concedida a Cleber Alves da Silva, em 20/10/2000).

Conforme este entrevistado, a atividade agrícola era o único meio de sobrevivência para aqueles que viviam em um município do Amazonas, longe de Manaus, de difícil acesso e, pode-se imaginar, perdidos nos confins das fronteiras estaduais e, ao mesmo tempo nacionais, esquecido de todas as autoridades, restando aos seus habitantes apenas o campo a ser explorado. Reforça essa ideia Iris Galvão Ramalho, quando diz:

Papai, ele foi pedreiro durante toda vida dele, foi pedreiro, vaqueiro, agricultor, só serviço grosseiro também”. (...) - A vila naquele tempo não oferecia qualquer condição para a pessoa se evoluir na profissão, ou mesmo estudo era muito difícil. (...). “Nessa época não existia balcão de emprego, as pessoas tinham que se apegar no interior, porque tinha muitas fazendas do JG, cerca de 35 fazendas grandes do JG de Araújo que dominava a região, a pecuária, então as pessoas quase não ficavam aqui, não tinha a profissão de... vamos dizer assim, pescador, ou profissão de trabalhar vendendo alguma coisa na cidade, rumava para o interior, porque no interior tinha mais recursos. (Entrevista concedida a Randielle Souza Wanderley, dias: 16, 17 e 27/11/2000).

Observa-se nesse relato um quadro muito parecido com o anterior, destacando-se fato de falar de um pedreiro, profissão mais requisitada pelo meio urbano, entretanto, mostra que Boa Vista da época não oferecia a um indivíduo qualificado nesse ofício, a condição de se manter exercendo apenas essa atividade. Por outro lado, o trabalho no interior ao qual Iris Ramalho se refere não era exercido apenas por pequenos agricultores voltado apenas para a subsistência, mas em grandes fazendas cuja produção era destinada a Manaus e não ao pequeno mercado local.

Imagino que os contornos de uma identidade já começam a ser esboçados e, surpreendentemente na relação campo *versus* cidade, o primeiro aparece de forma positiva na visão desses moradores, invertendo a forma de superioridade com que as

cidades modernas são comumente colocadas em relação ao campo. Aqui é o campo quem ganha função de maior prestígio.

Conforme Neuza Magalhães Paiva, (entrevista concedida a Claudeci Pereira do Nascimento, nos dias: 17 e 18/01/2001), vinham alimentos do campo para a cidade em forma de novidades: charque, bacias de linguças, galinhas, ovos, queijo, manteiga e, acrescenta que as frutas e os legumes que vinham do campo não era vendidos, mas doados. Com base nesses relatos, pode-se dizer que pela metade do século XX, a vida urbana em Boa Vista era inteiramente dependente da vida do campo, ou talvez inexistente, pois cidade e campo eram vistos apenas como complemento, onde a cidade neste quadro aparece apenas como local de residência de trabalhadores rurais.

Para Antônio Barros: “Todas as famílias daqui, só era uma porque os Brasil estavam misturados com os Cruz, com os Magalhães, com os Matos, de forma que formava uma só família”. (Entrevista concedida a José Gleidson Gondim, em 13/12/2000). Aqui a construção discursiva tende a tornar Boa Vista uma cidade de iguais, entretanto, convém observar que os nomes citadas são os das famílias consideradas pioneiras na região. Óbvio que para além do peso da construção discursiva que tem como pano de fundo uma memória que se quer de todos, imagino que estas pessoas estavam irmanadas ou identificadas não só por vizinhança e laços matrimoniais, mas pelas próprias práticas cotidianas, visto que, conforme estes discursos, todos exerciam atividades semelhantes, independente da pessoa dispor ou não de algum recurso, a vida era comum e semelhante à vida no campo, de forma que a diversidade, característica marcante da vida urbana, não se revela nesses discursos.

Diz Irene Rodrigues Thury: "A gente brincava com preto, branco, caboclo, tudo era para nós uma coisa só, ninguém nunca disse assim: - Ah, eu não vou naquela festa porque é caboclo, humilde, não! Hoje em dia a gente não sabe mais o que se faz". (Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira, em 23/11/2000). No esforço de tornar a cidade dos tempos idos em um lugar de pessoas iguais, na fala dessa entrevistada todos os preconceitos somem para dar lugar à vida da grande família, conforme Antônio Barros, e permitir que todos se sentissem parte e igualmente aceitos.

Entretanto, para Cláudio Barbosa de Araújo, esta condição de vida bastante simples em Boa Vista trazia problemas para seus moradores, visto que isto havia levado as pessoas de fora a ver o roraimense de forma preconceituosa:

Olha! A imagem antiga de Boa Vista é uma cidade pequena, e que naquela época agente vivia assim quase uma vida... vou logo dizer a expressão da verdade, de índio, porque nós tínhamos aqui muita fartura e tinha os fazendeiros muito forte aqui em Boa Vista, o camarada vivia numa facilidade muito grande viu, e até isso é que muita gente hoje em dia tem aquela coisa negativa que diz que o roraimense eles são um pessoal preguiçoso, não gosta de trabalhar viu, mas eu acho que é uma coisa muito errada, porque o camarada vivia um grande fazendeiro aqui, tinha tudo em casa, não precisava dele lutar por outras coisas somente pelo o seu mesmo. E a cidade de Boa Vista era uma cidade muito pequena, e a nossa vida naquele tempo, agente vivia quase como uma vida do interior, quase como de índio, é uma diferença de hoje, é uma coisa que passou, agente não pode nem calcular a Boa Vista daquele tempo para hoje, hoje em dia, agente vê uma cidade de Boa Vista, uma cidade bonita, nós temos muito progresso, até cresceu tanto que se tornou até ruim (...). (Entrevista concedida a Mileny Brígida Lima, em 22/11/2000).

Na citação acima, Cláudio Araújo não vê preconceitos entre os boavistenses, mas das pessoas de fora para com estes. Entretanto, em seus relatos o mesmo acontece para com os povos indígenas. Pensando a identidade como uma forma de produzir diferenças, pode-se perceber que, de acordo com este entrevistado, se tem uma coisa que os moradores de Boa Vista não eram, era indígena, apesar de uma pequena parcela desses entrevistados como citei no início, terem sua origem nesses povos.

Por outro lado, conforme esta entrevista, tratava-se de uma cidade que se bastava, não havia nada a ser mudado, era uma vida no limite, tanto de sobrevivência quanto de investimento. Só restava viver uma vida de camponês, de pescador e caçador. Aqui se inverte o discurso corrente na sociedade atual: não se trata do índio querer ser "branco", mas do "branco", sem querer, ser índio.

Observando a paisagem geográfica, diz Mateus Soares dos Santos: "O que tinha era fazendas. Boa Vista era cheia de lagos. O São Francisco (hoje bairro) era lago, onde é a Liberdade (outro bairro), tudo era cheio de lago, todos de fazendeiros". (Entrevista concedida a Nazário Silvério da Silva, em 26/11/2000). Esse relato reforça a aproximação entre a vida na cidade e a vida no campo, visto que a ideia de cidade transmitida por esses entrevistados era de uma vila de camponeses, o que a aproxima

também do estilo de vida indígena. Percebe-se o cotidiano dos moradores da cidade muito caracterizado por deslocamentos, não só dentro da área que hoje compreende o Estado de Roraima, visto que muitos dos entrevistados conheciam Manaus ou, enquanto garimpeiro, havia atravessado a fronteira do país, o que penso como normal, se a cidade não oferecia os recursos necessários à sobrevivência, era preciso buscá-los fora.

Neusa Paiva é quem melhor descreve o modo de vida dos boavistenses de então:

(...) os da cidade se mantinham como eu já te disse. Fazia pão, costurar, lavar sobrevivendo aqui, plantar aqui também na cidade. Tinha a fartura do peixe, da tartaruga que não era proibido, do tracajá tudo isso era fartura que as pessoas podiam comer sem precisar de preocupar-se com o dia de amanhã. Porque tudo isso era “nativo”, era dado, a natureza nos fornecia isso, essa beleza. E o resto a gente criava: porco, galinha, mesmo na cidade eles criavam muito, eles plantavam muito também. (Entrevista concedida a Claudeci Pereira do Nascimento, nos dias: 17 e 18/01/2001).

Resumindo, cada um vivia como podia, tendo a seu favor os recursos que a natureza oferecia. Para alguns entrevistados, vivia-se no paraíso, onde a natureza proporcionava os recursos necessários à sobrevivência de um vilarejo interiorano. A cada indivíduo cabia plantar, criar, caçar, pescar e usar a água do rio. Os discursos tendem a apagar a vida urbana, que parece ficar resumida, de forma mais efetiva, à escola e alguma prestação de socorros no caso de doença. Antônio Barros compara a vida naquele tempo com a atual:

Naquele tempo era mais difícil, mas eu acho mesmo assim, naquele tempo era melhor, era muito mais fácil, era mais rico de alimentos, mas você sabe porque, porque também a população era pouca, era muito menos gente. Eu vejo que a população era mais humana, era mais humanizada a coisa. - Era mesmo, o que você tinha o seu vizinho da direita tinha, seu vizinho da esquerda tinha, o da frente. - Era, se dividia quase tudo com todos ..., - não, hoje em dia é um por si e Deus por todos. (...) Antes ninguém preocupava-se em comprar televisão, telefone, carros novos e ter isto e aquilo, hoje é uma questão da humanidade ter status e questão de necessidade de ter isto ou aquilo, para ter uma comparação com o vizinho e com outros. (Entrevista concedida a José Gleidson Gondim, em 13/12/2000).

Conforme este entrevistado, a modernização da antiga cidade tornou as coisas piores, pois, por um lado, elevou o número de habitantes e tornou escassos os recursos naturais e, por outro, trouxe o egoísmo e a ambição, elementos que, conforme seus relatos, não existiam na Boa Vista do passado. Dessa forma, a vida moderna colocou novos objetos de desejo e, enquanto tal, novas preocupações, que não existiam anteriormente: "comprar televisão, telefone, carros novos", práticas que tornaram explícita a competição. Pensando assim, cidade e campo parecem produzir indivíduos com valores diferenciados.

No que diz respeito ao campo político, relata Antônio Barros, cujos avôs e pais foram criadores de gado, e ele, além de trabalhar na fazenda, foi garimpeiro e trabalhou na construção da BR-174, estrada de rodagem que liga Boa Vista a Manaus, inaugurada em 1977:

(...). A gente tem uma visão, mas às vezes a gente pensa que os tempos é que foram diferentes, mas nós mesmos vamos dividir, separar aquele troço todo, então foi isto que aconteceu, olha desde que importaram governadores sabe, eu acho que este povo importou muita gente, e não preparou este Estado para receber este pessoal, então eu acho que é uma das causas de nós estarmos sofrendo com galeras, roubos, marginais, muita violência por isso. Não prepararam as estruturas de Roraima para receber este tipo de gente. (Entrevista concedida a José Gleidson Gondim, em 13/12/2000).

Na citação acima, o entrevistado reflete sobre a forma como foi conduzida a administração local, busca detectar os erros, os motivos pelos quais não se obteve resultados melhores e credita essa deficiência na chegada de novos migrantes, inclusive os que chegaram para governar, pois estes, além de forasteiros não foram capazes de preparar a cidade para receber um grande contingente de pessoas. No mesmo estilo estão os comentários de Gildo Magalhães, cujo avô veio para Roraima a convite do tio Inácio Lopes Magalhães, este conforme os memorialistas locais, foi o fundador da fazenda que deu origem à cidade de Boa Vista.

(...) depois que passou a território como se eu estivesse no garimpo chegava em Boa Vista vinha lá do meu interior e observava que as ruas quando estavam preparando a cidade que já havia os planos que Boa Vista era uma

cidade que obedecia a planta da cidade como capital do Estado de Roraima hoje fosse obedecido este croquete era uma cidade muito linda porque dentro do croquete de plano dos dois engenheiros que vieram para cá trazidos pelo Capitão Ene Garcez (...). (...) mas infelizmente os governos vão mudando e mudaram o sistema não ligaram, o homem a ambição da política é muito desagradável, mas se não, seria uma cidade muito melhor, (...) a civilização chegou a Roraima, a educação, a saúde tudo enfim do que um estado que cresce tem necessidade (...) nós sabemos que as verbas são poucas e o pouco que vem não dá para desempenhar as obras a fazer, mas que a cidade cresceu bastante, cresceu imensamente acho até que teve excesso da criação da cidade porque como um estado novo se não fosse esse crescimento para fim urbano aí não existia violência que existe e os roubos (...). (Entrevista concedida a Cleber Alves da Silva, em 20/10/2000).

Em seus relatos, tanto Antônio Barros quanto Gildo Magalhães transmitem a confiança de quem fala com conhecimento de causa. Expressam-se com a segurança de quem conhece toda a história da cidade pelas próprias experiências vividas. O passado para eles parece ter sido registrado pelo impacto que cada momento da história da cidade provocou em seus sentidos, o que os permite entrar pelos seus sentimentos para pesar, ponderar e detectar acertos e erros no exercício de compreensão do tempo que era outro e que requer aferições com o presente e com o processo histórico. Eles acreditam ter um potencial de conhecimento que lhes permite parar para dividir, separar as experiências passadas e mostrar onde houve falhas, "dão dicas" de como devia ter sido. Eles falam do centro, ou seja, da posição de membro do conjunto de moradores que se consideram pioneiros na região ou a este ligados, sentem-se parte das famílias tradicionais, grupo que conserva um conjunto de memórias que alimenta e dá sentido à "verdadeira" história da cidade.

Joana Rufino de Souza, amazonense do Alto Solimões, que veio para Roraima junto com missionários batistas americanos, fala da mãe do Governador enquanto vizinha e amiga, ressaltando a homenagem que sua família recebeu do Prefeito por serem considerados pioneiros na região. Quando se refere à política, observa que: "Gostaria que nenhum candidato a governo fosse de fora, que todos fossem filhos da terra. Acredito que seria melhor para o Estado e para a população, pois quem vem de fora não sabe as dificuldades que existem aqui e saem deixando o Estado em situação

difícil de resolver". (Entrevista concedida a Nereida Marques de Lima, em 21/11/2000).

As observações desses entrevistados apontam, de um lado, para a configuração de uma identidade política local, onde eles, ao se colocarem no centro, tomam suas experiências próprias enquanto memórias coletivas, por outro lado, para eles é como se a cidade tivesse um modelo ideal a ser seguido e, diante do qual, os problemas surgem a partir do descompasso entre este padrão e o que na prática se efetiva. Dessa forma, ao se colocarem na condição de pessoas conhecedoras das práticas políticas que deveriam ser seguidas e de guardiães da história local, elas me remetem a Michael Pollak (1992: 207), quando este, falando de enquadramento de memória, faz referência aos historiadores orgânicos num sentido empregado por Gramsci.

Entendo que estes relatos encerram um primeiro conjunto de opiniões que apontam para a constituição de uma identidade política ainda hoje trabalhada por parte dos moradores de Boa Vista. No final da década de 1970 os memorialistas locais começaram a publicar textos sobre a história de Roraima e, nestes trabalhos, a história dos pioneiros e a pecuária como atividade fixadora do homem na região ganharam centralidade, por sinal, constituindo o evento fundador da cidade, o que pode ser observado em: "Roraima fatos e lendas" de Antônio Ferreira de Sousa, publicado em 1979 e "Roraima: informações históricas" de Durval de Magalhães, publicado em 1986.

Entretanto, contrariando a lógica da cidade voltada para as atividades agropecuárias, Antônio Ferreira da Silva, maranhense que exerceu as funções de garimpeiro e funcionário público, em entrevista concedida a Abigail Pascoal dos Santos e Silva, em 12/11/2000, declara que era apenas o Governo e o garimpo que ofereciam condições de trabalho. Com isto, este entrevistado abre espaço para se pensar um segundo grupo de entrevistados. Trata-se dos funcionários públicos que têm como ponto de identificação as injustiças por eles sofridas, impostas pelos seus chefes e dirigentes políticos.

Neste sentido, diz Cléia Paulino de Lima: "A primeira vez que votei foi contra quem estava no poder e logo depois fui jogada fora do trabalho". (Entrevista concedida a Neusa Aires, em 25/11/2000). Este é seu único comentário a respeito da política. Experiência semelhante viveu o entrevistado anterior, comenta Antônio Ferreira da Silva:

Eu fui cortado do emprego porque eu estava no comício do Valois, em quem votei, ...eu e muitos. Eu fui para o comício desse que eu queria e que muitos quiseram, e que por sinal ele foi eleito... Como o governo que perdeu só entregava em janeiro, ele aproveitou nesse período e cortou todo mundo. Ninguém tinha estabilidade. Estabilidade ele dava só com 5 anos. E o pior é que faz tanto tempo não é, e isso nunca acabou, ..., ainda hoje eles cortam a gente. Agora mesmo o Ottomar (governador na época da entrevista) tinha um bocado na agulha para cortar. Se descobrir que votou contra, ele coloca na rua. Agora você veste a camisa, coloca o chapéu não é, de outro candidato mas vota contra

Política houve todo tempo e perseguição, eu passei foi cinco meses no Tepequém e esses meninos aqui. Ficaram, um promotor tomou conta deles e botou na casa do que tinha sido suplente do Valois, do que ganhou. Quando eu cheguei aqui eles estavam na casa do Governador, olha aí! ...comendo do bom e do melhor. (Entrevista concedida a Abigail Pascoal dos Santos e Silva, em 12/11/2000).

Quando diz que o fato relatado já faz tanto tempo e isso nunca acabou, o entrevistado fala com a experiência de quem sentiu na pele as práticas da perseguição e as vê permanecer até então. É interessante observar o aprendizado que as lições da vida vão apresentando e que muitas vezes se revelam em forma de resistências surdas. Da experiência vivida, Antônio tirou a conclusão de que quando se tem como chefe um governo e se deseja votar em seu adversário político sem o risco de ser descoberto, a tática (CERTÉAU, 1994: 91-106), é “vestir a camisa” e “colocar o chapéu do candidato da situação”, mas votar no adversário, esta foi a forma que encontrou para evitar a perseguição.

No que diz respeito à relação de poder, entendo que esses relatos apontam para um outro recorte. São atores que vivenciaram os bastidores da administração política local, mas que em seus discursos não se vêm enquanto parte integrante, eles se percebem na condição de injustiçados, este é o caso de Antônio Ferreira e de Cléia Paulino de Lima, ou ainda, como observador dos vícios da administração, caso que leva Genésio Rufino de Souza, amazonense, funcionário público, mestre-de-obra, a denunciar em seus relatos os desvios de verbas nas construções e projetos da época.

Estes entrevistados também demonstram conhecer muito bem a história de Boa Vista, mas não são os mesmos fatos que colocam em pauta, isto os distanciam dos

entrevistados que se identificam com as famílias de pioneiros e com o poder local. As memórias da cidade para estes são outras, não se trata de como as coisas deviam ter sido, mas de como elas foram de fato.

Para além destes dois grupos, imagino encontrar ainda um terceiro. Nele, estão aqueles que se consideram excluídos das relações de poder, são pessoas que carregam no próprio discurso as marcas da exclusão, ou porque se cansaram das promessas que acompanhavam as campanhas eleitorais e que não se cumpriam depois, caso de Francisco de Oliveira, roraimense de descendência indígena, ou o caso de Mateus Soares dos Santos quando este diz:

Rapaz, até o presente, acho que a pessoa que não tem conhecimento, não representa nada, (...) eu entendo assim, se eu não tenho conhecimento, não posso representar nada né? Eu tenho essa idade mas não sou conhecido de ninguém sabe? Eu dou meu votinho simplesmente e eu volto para casa, não quero nada deles também, que também nunca me ofereceram nada, mas eu dou meu voto, porque tenho obrigação de dá o meu voto como brasileiro sabe? Então, tenho que votar ou para A ou para B, (...). Então a gente vota para aquele que você vê que cai mais jeito. Eu não tenho fanatismo por nenhum deles, nenhum fanatismo, nem de um, nem de outro, sabe? Para mim não vai interessar nada.

A pessoa que não tem conhecimento não tem valor, para ter valor, para ter explicação sabe? Tem que ser comunicativo com esse povo, então esse povo não chega ao meu alcance. Ele chega a outro e outros para mim não, sou do nível muito baixo. (...). Nesse ponto, a não ser dar o meu votinho. Quem queira, ou A ou B que cresça, eu dou meu voto, eu vou para casa, fico na minha sabe? Eu só sou conhecido naquele dia, não é nem deles é do empregado pedindo meu voto para o fulano, para o sicrano, (...), estou com essa idade, 50 anos aqui, não tenho conhecimento, por que? Não tenho dinheiro, não tenho conhecimento nê? Não posso me acalorar no meio deles.
(Entrevista concedida a Nazário Silvério da Silva, em 26/11/2000).

Como se pode observar, pelo fato de Mateus dos Santos não ter recursos financeiros e nem conhecimentos, ele se percebe excluído completamente do processo político, visto que, conforme seu raciocínio, existem dois critérios essenciais para se ter acesso a este campo: "condições econômicas" e "conhecimento", qualidades estas em que ele se percebe com fraco desempenho. Logo, se não dispõe das duas credenciais

necessárias para ser incluído no grupo dos que participam do poder, a ele só resta a ação de dar o "seu votinho". Na escala do poder ele se localiza na parte mais inferior, reduzida ao: "votinho", conforme ele classifica. Talvez a contradição esteja no fato de ser o seu voto que mantém o grupo de privilegiados: "ou o A ou B que cresça" colocando-o em sua posição mais alta de uma ordem de grandeza da qual ele já se encontra, de partida, excluído.

Interrogado sobre o que ele representou para a cidade, responde Oliveira Leandro da Silva, maranhense que chegou em Boa Vista em 1948, e sobreviveu fazendo tijolos: "Veja bem, devido eu toda vida ser um sujeito de nível baixo, a cidade, posso dizer, nunca me conheceu, mas eu a conheci e tenho um grande carinho por Boa Vista". (Entrevista concedida a Fátima Lopes Dias, em 20/11/2000). Como se pode perceber, é mais uma fala de exclusão, de alguém que percebeu que sua atividade não tinha relevância na terra de "doutores", e com isto, os tijolos por ele produzidos desapareceram na materialização da cidade, não lhe deixando nenhum reconhecimento.

Entre as perguntas contidas no questionário aplicado nas entrevistas, uma delas é se houve algum movimento popular na cidade. É interessante observar que neste quesito ninguém se pronunciou, tomando isto como referência, pode-se imaginar que nesse período a população, de certa forma, já estava excluída do processo político, visto que não havia participação popular além do ato de votar.

Convém ressaltar uma observação feita por Oliveira Leandro: "Com relação à política hoje é o seguinte, não podem mais ficarem dormindo não, porque o povo vê e fala mesmo, não tenha dúvida". As suas experiências detectam mudança nas práticas políticas do presente quando comparadas às vividas no passado. Apesar de se considerar uma pessoa com baixo nível de instrução e viver no seu mundo de "autoexclusão", isto não impediu sua sensibilidade de perceber alteração no tempo a ponto de deixar seu recado aos políticos atuais. Aqui talvez esteja a esperança levantada por Antônio Ferreira de ver a perseguição política acabar.

Esse período da história de Boa Vista pode ser situado entre as décadas de 1940 e 1970, época em que a cidade parece estar voltada exclusivamente para as atividades rurais. No campo político ela sai da condição de município do Amazonas para a de Território Federal, com seus governadores indicados pelo presidente da República, alguns conhecendo a cidade apenas na hora de começar a governá-la e, salvo no volume

de recursos que começaram a ser aplicados na cidade, no campo administrativo se vivenciou uma política de favorecimento, paternalismo e, como foi observado por alguns entrevistados, de perseguição.

Tomando o conceito de identidade como uma "celebração móvel", "formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (HALL, 2005: 12-13). E ainda conforme o próprio Hall, que "A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isto significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas". (SILVA, 2007: 81).

Voltando as entrevistas e observando os esboços de identidades pensadas, bem como, a relação de poder que as envolve, vale destacar a hegemonia do primeiro grupo observado. Percebe-se também uma identificação entre os relatos dos entrevistados associados a esse grupo com os discursos associados as famílias tradicionais na região, o que aponta para um conjunto de memórias bem mais articuladas e trabalhadas no esforço de torná-las coletivas, de torná-las memórias de todos os roraimenses. Isto me leva a pensar em termo de cultura política, categoria que Angela de Castro Gomes toma como: "um sistema de representações, complexo e heterogêneo", mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar", (2007, p. 47-48).

Entretanto, "Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normatização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normatizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas" (SILVA, 2007, p. 83).

Pensar identidade como forma de normatização arbitrária implica dizer que ela oscila entre processos que tendem a fixá-la e processos que tendem a desestabilizá-la. É nessa última condição que penso o segundo grupo constituído pelos funcionários públicos, como grupo que tendia a contradizer o poder que emanava do centro, apesar

de tratar-se de um grupo que é parte e rejeição ao mesmo tempo, visto que o próprio grupo era integrante do corpo que movimentava as ações de poder e, enquanto tal, é agente deste. Portanto, tratava-se de um grupo interno, cujo poder de resistência estava confinado aos limites da própria máquina administrativa, a qual se achava favorecida neste contexto histórico pelas próprias condições do vínculo empregatício, pois na condição de antigos funcionários do Território Federal de Roraima, eram empregados sem concurso público e, logo, não tinham estabilidade, o que os deixava nas mãos de quem os concedia o emprego, o que os tornava presa fácil de manobras políticas. Estas circunstâncias os deixava com pouca condição para alterar, de forma significativa, as normas estabelecidas, que de uma forma ou de outra, estavam mais associadas aos discursos dos entrevistados do primeiro grupo.

Por fim, o terceiro grupo, constituído pelos entrevistados que se consideravam excluídos da relação de poder, eram pessoas que, pelo baixo grau de formação e condições financeiras, se sentiam à margem do processo político, trata-se quase sempre de pessoas envolvidas em tarefas menos qualificadas: agricultura, garimpagem, fabricação de tijolos, lavagem de roupas, prestação de serviços domésticos. Apesar de se apresentarem de forma mais independente, eles não esboçavam de forma deliberada qualquer reação, apenas alimentavam o sistema com seus votos.

Pensando um contexto a partir das entrevistas trabalhadas, percebe-se a dependências dos indivíduos associados ao segundo e terceiro grupo em relação ao primeiro, visto que os discursos dos dois últimos girava em função de diretrizes que estavam mais associadas aos discursos dos primeiros. O que indica que, de uma forma ou de outra, os últimos estavam sempre agindo em função de algo que estava mais associados ao primeiro. Isto em si, apontam para um modelo de sociedade tradicional, caracterizada sempre pelo privilégio com que um grupo se destaca dos demais.

Obviamente Boa Vista, mesmo no período aqui colocado em evidência, tinha uma quantidade bem maior de grupos sociais, e o breve esboço de identidades políticas aqui apresentadas não autorizam qualquer dedução, mas supondo que se mantivesse este quadro para os demais grupos existentes na época, poder-se-ia afirmar que se tratava de uma sociedade com pouca condição de mudança capaz de beneficiar novos grupos sociais, e qualquer mudança nesse sentido, provavelmente seria impostas por ordens mais externas.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa.** Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GOMES, Angela de Castro. **Cultura política e cultura histórica no Estado Novo.** In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel; e GONTIJO, Rebeca (Organizadoras). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MAGALHÃES, Durval de. **Roraima: informações históricas.** Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1986.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos 10. Teoria e História. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 200-215.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 73-102.

SOUZA, Antônio Ferreira de. **Roraima fatos e lendas.** Boa Vista: Governo do Território Federal de Roraima, 1979.